



EDITAL 010/2026 – Concurso Público

CADERNO DE QUESTÕES

CONSULTOR JURÍDICO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

NÃO ABRA ESTE CADERNO SEM AUTORIZAÇÃO DO FISCAL

- Esta prova contém 100 questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas por questão, das quais apenas 1 (uma) estará correta.
- Não rasure e nem amasse a folha de prova. Não use corretivo.
- Não será permitido, durante a realização das provas, o uso de equipamentos mecânicos, eletrônicos ou ópticos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados, informações ou similares.
- Durante a realização das provas, não será permitido o empréstimo de qualquer material.
- Iniciada a prova, o candidato somente poderá ausentar-se acompanhado de um fiscal.
- É expressamente proibida, durante a realização da prova, a consulta de qualquer material: livros, códigos, legislação em geral, régua de cálculo e outros.
- Será desclassificado do Concurso o candidato que proceder com improbidade, indisciplina, falta de decore ou que adotar comportamento incorreto ou descortês para com quaisquer dos fiscais ou membros da Comissão de Concurso, seus auxiliares ou autoridades presentes.
- Os dois últimos candidatos que terminarem a prova deverão sair juntos.

Duração total: 5h00 horas

PERMANÊNCIA MÍNIMA NA SALA: 30 Minutos.

Nome:	CPF:
Assinatura:	

Questão 01

A internet e as redes sociais alteraram profundamente a dinâmica de circulação da informação no século XXI. Se, por um lado, democratizaram o acesso à produção e à difusão de conteúdos, por outro, favoreceram a formação de bolhas informacionais nas quais os indivíduos são expostos predominantemente a visões de mundo que corroboram suas próprias crenças preconcebidas. Considerando a estruturação e o sentido do texto, avalie as afirmações a seguir:

- I. O texto estabelece uma relação de oposição entre a democratização do acesso à informação e a formação de bolhas informacionais.
- II. A expressão 'corroboram suas próprias crenças preconcebidas' indica que as bolhas informacionais estimulam o pensamento crítico e a diversidade de opiniões.
- III. Infere-se do texto que a circulação de informação na era digital possui um caráter ambivalente, apresentando aspectos positivos e negativos simultâneos.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 02

A inteligência artificial generativa tem provocado debates sobre a autoria na criação artística. Embora algoritmos consigam sintetizar padrões estéticos e reproduzir estilos consolidados, a obra de arte historicamente se valida pela experiência subjetiva e pela intenção consciente do criador. Assim, o impasse contemporâneo não reside na capacidade técnica da máquina, mas na redefinição do valor atribuído à intenção humana.

Considerando o texto apresentado, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

- I. O debate central sobre a presença da inteligência artificial no campo artístico gira em torno da redefinição dos conceitos de autoria e intenção, superando a mera discussão sobre a execução técnica das obras.

PORQUE

- II. A validação histórica da obra de arte fundamenta-se na experiência subjetiva e no propósito consciente do criador, elementos que os algoritmos apenas simulam ao sintetizar padrões estéticos.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Questão 03

Leia o período hipotético, elaborado para uma manifestação jurídica:

A Administração identificou inconsistências na execução contratual. *Embora* os fatos ainda estejam em fase de apuração, já foram determinadas providências destinadas à preservação dos documentos pertinentes. *Além disso*, a autoridade competente solicitou manifestação do setor jurídico. *Assim*, a adoção de medidas cautelares deverá ser analisada à luz dos elementos já disponíveis.

Considerando as relações estabelecidas pelos conectivos destacados, assinale a alternativa correta.

- A) A palavra “Embora” introduz uma relação de causa, enquanto “Assim” introduz uma relação de oposição.
- B) “Embora” estabelece uma relação concessiva e “Assim” introduz uma conclusão decorrente da argumentação anterior.
- C) “Além disso” introduz uma consequência, enquanto “Assim” apresenta uma explicação para a solicitação de manifestação jurídica.
- D) A substituição de “Embora” por “Portanto” preservaria integralmente o sentido do período.

Questão 04

Leia o trecho de uma manifestação jurídica:

A Administração pretende revisar determinado procedimento. Essa medida, contudo, somente poderá ser adotada após a análise dos requisitos previstos na legislação. Tal providência é necessária para evitar que a revisão produza efeitos incompatíveis com decisões anteriormente proferidas. Por essa razão, a autoridade competente deverá examinar previamente os documentos constantes dos autos.

Considerando os mecanismos de coesão e a progressão argumentativa, assinale a alternativa correta.

- A) “Essa medida” retoma exclusivamente o termo “legislação”.
- B) “Por essa razão” estabelece uma relação de oposição entre a análise dos documentos e a revisão do procedimento.
- C) A substituição de “Essa medida” por “Essa legislação” manteria a referência e o sentido original do texto.
- D) “Tal providência” retoma a ideia de revisar o procedimento após a análise dos requisitos legais.

Questão 05

Analise a situação a seguir:

Um Consultor Jurídico deverá encaminhar ofício diretamente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal solicitando informações necessárias à instrução de processo administrativo.

Considerando o contexto de redação oficial e o emprego dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa que apresenta a forma adequada de dirigir-se diretamente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

- A) Vossa Excelência deverá encaminhar as informações solicitadas para que o processo possa prosseguir.
- B) Sua Excelência deverá encaminhar as informações solicitadas para que o processo possa prosseguir.
- C) Vossa Senhoria deverá encaminhar as informações solicitadas para que o processo possa prosseguir.
- D) Vossa Magnificência deverá encaminhar as informações solicitadas para que o processo possa prosseguir.

Questão 06

Leia o trecho:

A comissão deverá encaminhar o processo à autoridade competente e proceder à análise dos documentos apresentados, dando ciência às partes interessadas quanto à necessidade de complementação das informações.

Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- A) A crase está correta apenas em “à autoridade competente” e “à análise”.
- B) A ocorrência de crase em “às partes interessadas” é inadequada porque o termo “partes” está no plural.

- C) A ocorrência de crase em “à necessidade de complementação” é inadequada porque “necessidade” é substantivo abstrato.
- D) O emprego da crase está correto nas quatro ocorrências destacadas.

Questão 07

Leia as construções abaixo:

- I. O parecer jurídico visa à análise da legalidade do ato administrativo.
- II. A autoridade informou ao interessado a decisão proferida no processo.
- III. O servidor aspirava ao cargo de Consultor Jurídico.
- IV. A Administração preferiu adotar a solução consensual do que prosseguir com a demanda judicial.

Considerando a norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas II, III e IV estão corretas.
- C) Apenas I, II e III estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 08

Leia o trecho:

A manifestação jurídica deve demonstrar *conformidade com* o ordenamento jurídico, *compatibilidade com* os princípios administrativos e *aptidão para* produzir efeitos juridicamente seguros. O parecer deve ainda ser *claro quanto aos* fundamentos que sustentam a conclusão apresentada.

Considerando a regência nominal, assinale a alternativa correta.

- A) “Conformidade com” deveria ser substituída por “conformidade a”, pois o substantivo exige obrigatoriamente a preposição “a”.
- B) “Aptidão para produzir” está inadequada, pois “aptidão” deve ser obrigatoriamente regida pela preposição “a”.
- C) “Claro quanto aos fundamentos” está inadequada, pois a construção correta é “claro sobre aos fundamentos”.
- D) Todas as construções destacadas estão de acordo com a norma-padrão.

Questão 09

Considere o trecho a seguir e a conformidade gramatical de suas flexões:

"Haviam [1] bastante [2] motivos para que a comissão mantivesse [3] inclusos [4] os relatórios no parecer final."

Para ajustar o trecho estritamente à norma-padrão da língua portuguesa, deve-se alterar:

- A) apenas o termo [1] para "Havia".
- B) os termos [1] para "Havia" e [2] para "bastantes".
- C) os termos [2] para "bastantes" e [4] para "incluso".
- D) os termos [1] para "Havia" e [3] para "mantivessem".

Questão 10

Leia o trecho de uma manifestação jurídica:

A adoção de medidas preventivas destinadas a *redução de riscos* constitui importante instrumento de gestão pública. *Não obstante*, tais medidas devem observar os limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico, *de modo que* sua implementação não resulte em restrições desproporcionais aos direitos dos administrados. *Além disso*, compete aos agentes públicos avaliar os riscos associados às providências propostas e justificar adequadamente as decisões adotadas. *Desse modo*, a atuação preventiva somente será legítima quando estiver fundamentada em critérios objetivos e compatíveis com as normas aplicáveis.

Considerando os aspectos linguísticos e argumentativos do texto, avalie as afirmações.

- I. No segmento “destinadas a redução de riscos”, a ausência do acento indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão.
- II. “Não obstante” introduz uma ideia de ressalva ou oposição em relação à afirmação anterior.
- III. “De modo que” estabelece uma relação de consequência entre a implementação das medidas e a necessidade de evitar restrições desproporcionais.
- IV. Em “compete aos agentes públicos avaliar os riscos”, a construção está de acordo com a norma-padrão de regência e concordância.
- V. “Desse modo” introduz uma conclusão decorrente da argumentação desenvolvida anteriormente.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) II, IV e V.
- D) II, III, IV e V.

ESTATUTOS E REGIMENTOS DA FSA E CUFSA

Questão 11

A disciplina estatutária da Fundação Santo André - FSA e do Centro Universitário Fundação Santo André - CUFSA estabelece correspondência entre determinados cargos, contemplando, ainda, diferentes soluções para situações que afetem o exercício da Presidência e da Vice-Presidência.

À luz dessas disposições, assinale a alternativa correta.

- A) O Vice-Presidente substitui o Presidente em seus impedimentos e, ocorrendo a vacância da Presidência, assume o cargo pelo período remanescente do mandato, cabendo-lhe igualmente o exercício da Presidência nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário concomitante do Presidente e do Vice-Presidente.
- B) A Presidência e a Vice-Presidência da FSA são exercidas, respectivamente, pelo Reitor e pelo Vice-Reitor do CUFSA, sendo coincidentes os respectivos mandatos; o Presidente será substituído, em seus impedimentos, pelo Vice-Presidente, que, em caso de vacância, assume o cargo de Presidente da FSA para completar o mandato.
- C) A correspondência entre a Presidência da FSA e a Reitoria do CUFSA determina que, nos impedimentos do Presidente, o Vice-Presidente exerça suas funções, enquanto a vacância da Presidência sujeita o preenchimento do cargo à disciplina de substituição prevista no Regimento do Centro Universitário.
- D) Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente da FSA acompanham os respectivos mandatos de Reitor e Vice-Reitor do CUFSA, cabendo ao Vice-Presidente o exercício da Presidência tanto nos impedimentos do titular quanto nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário concomitante de ambos, sem prejuízo da disciplina regimental aplicável.

Questão 12

A Fundação Santo André pretende promover a renovação de parte de seu patrimônio. Para tanto, estuda alienar um veículo de sua propriedade, considerado desnecessário às atividades administrativas, e, em operação distinta, alienar um imóvel integrante de seu patrimônio.

Considerando os requisitos estabelecidos pelo Estatuto da Fundação Santo André, assinale a alternativa correta.

- A) A alienação do veículo e a do imóvel dependem de aprovação do Conselho Diretor, exigindo-se, em ambos os casos, deliberação de, no mínimo, dois terços de seus membros, em reunião extraordinária especificamente convocada para essa finalidade.

- B)** A alienação do veículo depende de aprovação do Conselho Diretor, enquanto a alienação do imóvel, por depender de lei autorizadora, dispensa nova deliberação do Conselho, sem prejuízo da aprovação do Ministério Público do Estado de São Paulo.
- C)** A alienação do veículo depende de aprovação do Conselho Diretor; a do imóvel exige, além de lei autorizadora, aprovação de dois terços dos membros do Conselho Diretor em reunião extraordinária especificamente convocada, sendo dispensada a aprovação do Ministério Público quando houver autorização legislativa.
- D)** A alienação do veículo e a do imóvel dependem de aprovação do Conselho Diretor; tratando-se de imóvel, exige-se, ainda, lei autorizadora, aprovação de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho Diretor em reunião extraordinária especificamente convocada para esse fim e aprovação do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Questão 13

Considerando as disposições do Estatuto da Fundação Santo André relativas ao funcionamento e às deliberações do Conselho Fiscal, assinale a alternativa correta.

- A)** O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado por sua Presidência ou mediante requerimento de, no mínimo, a maioria absoluta de seus membros titulares; somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros.
- B)** O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado por sua Presidência ou mediante requerimento da maioria simples de seus membros titulares; suas deliberações dependem da aprovação da maioria absoluta de seus membros.
- C)** O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado por sua Presidência ou por requerimento de qualquer de seus membros titulares; presente a maioria absoluta de seus membros, as deliberações dependem do voto favorável da maioria absoluta da composição do colegiado.
- D)** O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocado por sua Presidência ou mediante requerimento de um de seus membros titulares; somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta de seus membros, dependendo suas deliberações da aprovação da maioria absoluta da composição do colegiado.

Questão 14

O Regimento Geral do Centro Universitário Fundação Santo André disciplina a periodicidade das reuniões do Conselho Universitário, sua convocação e os requisitos para funcionamento e deliberação do colegiado. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- A)** O Conselho Universitário reúne-se ordinariamente uma vez por semestre letivo e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou mediante requerimento de um terço de seus membros, devendo funcionar com a presença da maioria absoluta dos membros convocados.
- B)** As reuniões extraordinárias do Conselho Universitário podem ser convocadas por seu Presidente ou mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros, sendo obrigatória, em qualquer hipótese, convocação escrita com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de invalidade da reunião.
- C)** O Conselho Universitário reúne-se duas vezes por semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros; ressalvadas situações de justificada excepcionalidade, a convocação será escrita, com indicação da pauta e antecedência mínima de 72 horas, cabendo ao plenário deliberar preliminarmente sobre a procedência da excepcionalidade quando a convocação ocorrer em prazo inferior.
- D)** O Conselho Universitário reúne-se duas vezes por semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria simples de seus membros, admitindo-se convocação em prazo inferior a 72 horas sempre que a excepcionalidade for previamente reconhecida pelo Presidente do colegiado.

Questão 15

O Regimento Geral do Centro Universitário Fundação Santo André distribui entre o Conselho Universitário e o Reitor competências relativas à organização normativa, à escolha da administração superior e à condução da atividade universitária. À luz dessas disposições, assinale a alternativa correta.

- A)** Compete ao Conselho Universitário aprovar alterações e reformas do Regimento Geral mediante voto de dois terços da totalidade de seus membros, bem como elaborar as listas tríplices para os cargos de Reitor e Vice-Reitor; ao Reitor compete adotar medidas urgentes somente após prévia deliberação autorizativa do Conselho Universitário.
- B)** Compete ao Conselho Universitário aprovar alterações e reformas do Regimento Geral mediante aprovação de dois terços dos membros presentes e elaborar as listas tríplices para os cargos de Reitor e Vice-Reitor; compete ao Reitor convocar e presidir as reuniões do Conselho Universitário e, em situações de urgência, adotar as medidas que se fizerem necessárias, *ad referendum* do Conselho Universitário.
- C)** Compete ao Reitor elaborar as listas tríplices destinadas à escolha do Reitor e do Vice-Reitor pelo Prefeito, submetendo-as posteriormente ao Conselho Universitário; compete ainda ao Conselho destituí-los mediante aprovação de dois terços dos membros presentes.
- D)** Compete ao Conselho Universitário elaborar as listas tríplices para Reitor e Vice-Reitor e aprovar as alterações do Regimento Geral por dois terços dos membros presentes, cabendo também ao próprio Conselho adotar diretamente, em situações de urgência, medidas *ad referendum* do Reitor.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 16**

Leia o texto e analise: Uma lei estadual, aprovada pelo procedimento legislativo ordinário previsto na Constituição Estadual, determina que decisões judiciais proferidas por juízes estaduais só poderão produzir efeitos depois de ratificação pelo Poder Executivo. A norma foi aprovada sem violação das regras procedimentais estaduais, mas contraria diretamente a garantia de inafastabilidade da jurisdição e a separação dos Poderes previstas na Constituição Federal.

Considerando o texto, analise as assertivas, julgando-as como VERDADEIRAS ou FALSAS.

- () A lei é constitucional, pois sua regularidade formal perante a Constituição estadual basta para demonstrar sua validade no sistema federativo.
- () A lei é inconstitucional materialmente, pois, embora o procedimento legislativo possa ter sido regular, seu conteúdo viola normas constitucionais federais de observância obrigatória.
- () A lei é inexistente, pois toda norma estadual que contrarie a Constituição Federal deixa automaticamente de produzir qualquer efeito sem necessidade de controle.
- () A lei é válida até que o Senado Federal suspenda sua execução, pois apenas o controle difuso pode afastar lei estadual incompatível com a Constituição.

Assinale a alternativa correta.

- A)** V-V-F-F.
- B)** F-F-V-F.
- C)** V-F-V-F.
- D)** F-V-F-V.

Questão 17

Leia o texto e analise: Suponha-se que a Constituição estabelecesse que “a lei disciplinará mecanismos de proteção contra práticas abusivas em relações digitais de consumo”. Durante a omissão legislativa, uma empresa sustenta que não pode ser responsabilizada judicialmente por prática abusiva em ambiente digital, porque a norma constitucional dependeria integralmente de lei futura para produzir qualquer consequência jurídica.

Analisar as assertivas:

- I.** A empresa está correta, porque normas dependentes de complementação legislativa não possuem

qualquer eficácia jurídica antes da edição da lei regulamentadora.

II. A empresa está correta, porque somente normas de eficácia plena podem servir de parâmetro interpretativo em relações privadas e consumeristas.

III. A alegação é incorreta, pois normas de eficácia limitada possuem eficácia jurídica mínima, vinculam os Poderes Públicos e podem orientar interpretação, controle de omissões e proteção de direitos já previstos no ordenamento.

IV. A alegação é incorreta, porque toda norma constitucional de eficácia plena produz imediatamente todos os efeitos concretos previstos para a futura legislação regulamentadora.

Assinale abaixo a alternativa correta.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas a assertiva I está correta.
- C) Apenas a assertiva III está correta.
- D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

Questão 18

Uma Lei municipal hipotética prevê que “é proibida a realização de manifestações em vias públicas que prejudiquem a mobilidade urbana”. Um prefeito determina a proibição de toda manifestação pública no Município durante seis meses, inclusive atos pacíficos realizados em praças, parques ou ruas com baixo fluxo de veículos.

À luz da hermenêutica constitucional, assinale a alternativa correta.

- A) A interpretação é adequada, pois as divisões de competências constitucionais atribuem aos municípios a competência legislativa para legislar sobre questões locais e, nesse sentido, o princípio da máxima efetividade exige ampliar ao máximo toda competência municipal relacionada à mobilidade urbana.
- B) A interpretação é adequada, pois a liberdade de reunião pode ser eliminada por ato administrativo sempre que houver risco abstrato de transtorno ao trânsito, mobilidade das pessoas e, ainda, tumultuar a rotina da coletividade em geral.
- C) A interpretação é inadequada apenas se os manifestantes comprovarem, previamente, que não causarão qualquer impacto sobre circulação, segurança ou serviços públicos.
- D) A interpretação é inadequada, pois a harmonização entre liberdade de reunião e mobilidade exige restrições individualizadas, justificadas e proporcionais, sem supressão geral do núcleo do direito fundamental.

Questão 19

Considere uma proposta de emenda constitucional em que se pretende estabelecer que as decisões judiciais em matéria de direitos fundamentais somente poderão ser executadas após aprovação por maioria absoluta do Congresso Nacional. A justificativa apresentada fundamenta-se na necessidade de reforçar o controle democrático sobre decisões judiciais de grande impacto fiscal.

Considere as assertivas abaixo:

- I. A emenda é inconstitucional, pois tende a abolir a separação dos Poderes e a tutela jurisdicional efetiva, limites materiais ao poder de reforma constitucional.
- II. A Proposta de Emenda à Constituição é constitucional, pois o poder constituinte derivado reformador possui competência ilimitada para redefinir tais questões considerando o sistema de freios e contrapesos atinentes às formas do controle do exercício do Poder.
- III. A Proposta de Emenda à Constituição é constitucional, desde que se submeta ao devido processo legislativo constitucional, o qual se exige que para ser aprovada atinge o quórum qualificado de três quintos dos votos dos respectivos membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- IV. A emenda é inconstitucional apenas se for aprovada durante estado de defesa ou estado de sítio, situações que impedem emendas constitucionais.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a assertiva I está correta.

- B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- C) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

Questão 20

Considere o caso hipotético em que, uma lei anterior à Constituição de 1988 exigia autorização administrativa prévia para a publicação de jornais e periódicos. Após a promulgação da Constituição atual, a lei permaneceu formalmente registrada nos bancos oficiais de legislação, mas nunca foi expressamente revogada pelo Congresso Nacional.

Analise as assertivas:

- I. A referida lei foi automaticamente recepcionada, uma vez que esta é materialmente compatível com a nova ordem constitucional, logo toda norma anterior permanece válida até sua revogação expressa pelo Poder Legislativo.
- II. A lei foi recepcionada parcialmente, porque exigência administrativa prévia é compatível com a liberdade de expressão desde que haja controle judicial posterior.
- III. A lei não foi recepcionada, pois seu conteúdo é materialmente incompatível com a ordem constitucional que protege a liberdade de manifestação do pensamento e veda censura prévia.
- IV. A lei somente poderia ser afastada por ação direta de inconstitucionalidade, porque normas pré-constitucionais não podem ser examinadas por controle incidental.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a assertiva III está correta.
- B) Apenas a assertiva II está correta.
- C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- D) Apenas a assertiva IV está correta.

Questão 21

Em recurso de apelação, uma determinada turma do Tribunal de Justiça entende que determinada lei estadual viola a Constituição da República Federativa do Brasil. Sem submeter a matéria ao órgão especial ou ao plenário, essa turma afasta a aplicação da lei e decide o caso exclusivamente com base em norma constitucional.

Assinale a alternativa correta.

- A) A decisão é válida, pois qualquer órgão fracionário de tribunal pode afastar livremente lei ou ato normativo por inconstitucionalidade.
- B) A decisão viola a reserva de plenário, salvo se já houver pronunciamento do plenário do próprio tribunal ou do STF sobre a constitucionalidade da norma questionada.
- C) A decisão é inválida porque somente o STF pode reconhecer inconstitucionalidade de lei estadual em caso concreto.
- D) A decisão é válida, pois a cláusula de reserva de plenário aplica-se apenas a ações diretas de inconstitucionalidade.

Questão 22

Considere hipoteticamente, uma controvérsia nacional em que há a decorrência de atos administrativos municipais, consubstanciados sem base em lei específica, voltados a restringir o acesso de jornalistas a prédios públicos. Considere, ainda, que não há norma federal ou estadual única a ser impugnada, mas há práticas administrativas reiteradas que potencialmente comprometem liberdade de imprensa, publicidade e direito de informação.

Analise as assertivas:

- I. A ação direta de inconstitucionalidade não é um instrumento adequado, porque tal instituto dogmaticamente não se presta para impugnar qualquer ato administrativo abstratamente perante o STF.
- II. A ação declaratória de constitucionalidade é instrumento adequado, porque se busca afirmar a validade constitucional das referidas restrições municipais e esta ação possui natureza ambivalente.

III. A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser examinada, desde que atendido seu requisito de subsidiariedade e demonstrada lesão ou ameaça a preceito fundamental por ato do poder público.

IV. O mandado de injunção é o instrumento adequado, porque a controvérsia decorre de atos administrativos e não de omissão legislativa.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- B) Apenas a assertiva II está correta.
- C) Apenas a assertiva III está correta.
- D) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

Questão 23

Considere que, supostamente, o STF declare a inconstitucionalidade de uma determinada lei que instituiu critério de cálculo de benefício previdenciário utilizado durante oito anos. A declaração com retroatividade integral pode atingir milhares de pagamentos de boa-fé, comprometer planejamento financeiro público e provocar insegurança significativa em relações jurídicas consolidadas.

Partindo desse contexto, assinale a alternativa correta:

- A) A declaração de inconstitucionalidade sempre gera efeitos retroativos absolutos, sem possibilidade de modulação temporal por razões institucionais ou de segurança jurídica.
- B) A modulação é possível, desde que aprovada pelo quórum constitucionalmente exigido e justificada por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social.
- C) A modulação somente é possível em decisões proferidas no controle difuso, sendo vedada em ações do controle concentrado de constitucionalidade.
- D) A modulação transforma automaticamente a norma inconstitucional em constitucional para todos os efeitos passados e futuros.

Questão 24

Um determinado Município edita uma lei proibindo, em todo o seu território, a comercialização de determinado produto industrializado regularmente produzido e comercializado em diversos Estados. Justifica a medida com base na proteção da saúde da população e no interesse local. A União já editou legislação geral sobre padrões de segurança, rotulagem e comercialização do produto.

Assinale a alternativa correta.

- A) A lei municipal é sempre constitucional, pois a competência municipal para interesse local prevalece sobre qualquer disciplina federal de normas gerais, nos termos do artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.
- B) A lei municipal é sempre inconstitucional, pois Municípios não podem legislar sobre saúde, meio ambiente, consumo ou proteção local, nem em caráter suplementar.
- C) A validade depende da análise da repartição constitucional de competências, da existência de interesse predominantemente local, da compatibilidade com normas gerais e da ausência de invasão indevida de competência federal.
- D) A lei municipal é constitucional porque a competência legislativa concorrente pertence exclusivamente aos Municípios quando houver interesse sanitário e local, nos termos do artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.

Questão 25

Um Estado-membro da Federação deixa de repassar aos Municípios parcela constitucionalmente devida de receitas tributárias, apesar de decisões judiciais definitivas que reconhecem o dever de transferência. O Governador afirma que a autonomia estadual impede qualquer intervenção da União em sua gestão financeira.

Considerando esta situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) O Governador do Estado está correto, uma vez que os Estados-membros possuem autonomia absoluta para gerir sua receita, inclusive quando descumprem deveres constitucionais de repartição.
- B) A intervenção federal pode ser cabível nas hipóteses constitucionalmente previstas, inclusive para assegurar observância de princípios constitucionais sensíveis e cumprimento de ordem ou decisão judicial.
- C) A intervenção federal é um instrumento constitucional de aplicação automática, o qual pode ser implementado diante de qualquer atraso em repasse de receita, independentemente de procedimento constitucional e de gravidade da violação.
- D) A intervenção federal depende exclusivamente de lei ordinária federal, não estando sujeita às hipóteses e ao procedimento previstos na Constituição, que são apenas referenciais e abstratos.

Questão 26

Uma fundação pública realiza processo seletivo para preenchimento de uma vaga de emprego por meio de contratação CLT e estabelece, após a divulgação do resultado final, que candidatos aprovados somente poderão ser contratados se apresentarem certificado de especialização não previsto no edital. A instituição sustenta que a exigência decorre da necessidade administrativa de aperfeiçoar o perfil profissional dos futuros empregados.

Analise as assertivas descritas abaixo:

- I. A exigência não é válida, pois a Administração não pode alterar requisitos de contratação a qualquer momento, em razão dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica, da isonomia e da impessoalidade.
- II. A exigência é válida, porque empregados públicos celetistas, ou seja, aqueles contratados por CLT, não são alcançados pelos princípios constitucionais da Administração Pública.
- III. A exigência é inválida apenas se os candidatos aprovados demonstrarem que já recusaram propostas de trabalho privadas em razão do concurso.
- IV. A exigência é inválida, pois o edital vincula Administração e candidatos; requisitos supervenientes não previstos, sem base legal ou editalícia, comprometem legalidade, impessoalidade, isonomia e segurança jurídica.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a assertiva I está correta.
- B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- D) Apenas a assertiva IV está correta.

Questão 27

Uma Universidade pública recebe pedido de acesso à lista nominal de estudantes beneficiados por programa de permanência estudantil, com indicação de valores individuais recebidos e informações sobre vulnerabilidade socioeconômica. O requerente alega que a transparência é indispensável para fiscalização de recursos públicos.

Com base na situação descrita acima, assinale a alternativa correta.

- A) A Administração Pública deve divulgar integralmente todos os dados, pois há o uso de recursos públicos e diante disso, elimina-se toda proteção à intimidade e aos dados pessoais dos beneficiários.
- B) A Administração Pública deve negar integralmente qualquer informação, pois a existência de dados pessoais impede de forma absoluta toda e qualquer forma de divulgação, considerando a natureza desses dados, em detrimento da transparência sobre programa financiado com recursos públicos.
- C) A Administração pode divulgar dados individuais sensíveis livremente, desde que o requerente declare possuir interesse acadêmico na informação solicitada.
- D) A Administração deve ponderar transparência e proteção de dados, divulgando informações agregadas e necessárias ao controle público e restringindo dados pessoais sensíveis ou excessivos, salvo base jurídica específica que justifique a divulgação individual.

Questão 28

Uma empresa privada adota política interna segundo a qual empregados que manifestem opinião política em redes sociais, ainda que fora do expediente e sem referência à empresa, poderão ser dispensados por “incompatibilidade com a imagem institucional”. A partir dessa exposição fática, um empregado é demitido após publicar crítica à autoridade pública, sem discurso de ódio, ameaça ou vinculação com sua atividade profissional.

Diante da situação descrita, assinale a alternativa correta.

- A)** A empresa pode restringir livremente a manifestação política de empregados, diante das suas políticas institucionais e nesse sentido, tem outorga constitucional e legal para restringir tais direitos fundamentais, uma vez que estes vinculam apenas órgãos e agentes estatais
- B)** A empresa não pode adotar qualquer regra de conduta para seus empregados, pois a liberdade de expressão elimina toda autonomia privada e poder diretivo empresarial, por ser um direito fundamental o qual deve ser compreendido em caráter absoluto.
- C)** A relação privada deve ser interpretada à luz da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, com ponderação entre liberdade de expressão, dignidade, autonomia privada e poder diretivo, sendo inválida restrição genérica e desproporcional sem vínculo concreto com a atividade.
- D)** A dispensa é necessariamente nula porque toda manifestação política do trabalhador possui estabilidade constitucional automática e irrestrita.

Questão 29

Um candidato aprovado dentro do número de vagas previsto em edital de concurso público é preterido pela contratação temporária de terceiros para desempenhar as mesmas atribuições, durante o prazo de validade do certame. A prova da aprovação, do número de vagas, das contratações temporárias e da identidade de funções está documentalmente demonstrada.

A partir desse contexto, assinale a alternativa correta.

- A)** O mandado de segurança é, em tese, cabível, pois há alegação de direito líquido e certo comprovável por prova pré-constituída contra ato ou omissão de autoridade pública.
- B)** O mandado de segurança é incabível, porque concursos públicos somente podem ser questionados por ação popular proposta por qualquer cidadão.
- C)** O mandado de segurança é incabível, porque a Administração dispõe de discricionariedade absoluta para não nomear candidato aprovado dentro das vagas.
- D)** O mandado de segurança exige necessariamente perícia complexa antes de sua impetração, para fins de preenchimento do requisito referente à prova pré-constituída e, ainda, que todos os fatos relevantes estejam provados documentalmente.

Questão 30

Um grupo de estudantes comunica previamente ao Município que realizará manifestação pacífica em praça pública. A autoridade municipal responde que o evento depende de autorização expressa, condicionada ao pagamento de taxa e à aprovação do conteúdo das faixas que serão utilizadas.

Analise as assertivas abaixo:

- I.** A exigência não é constitucional, porque o direito de reunião em local aberto ao público independe de prévia autorização administrativa.
- II.** A exigência é constitucional, porque o Município pode, considerando a conveniência e oportunidade e, assim, examinar o conteúdo político da manifestação para evitar conflitos e preservar a neutralidade institucional.
- III.** A exigência é incompatível com a Constituição, pois reunião pacífica, sem armas, em local aberto ao público exige prévio aviso, não autorização; a atuação administrativa deve limitar-se a medidas legítimas de organização e segurança.
- IV.** A exigência é incompatível apenas se a manifestação reunir menos de cinquenta participantes e não houver uso de equipamentos sonoros.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas
- B) Apenas a assertiva II está correta.
- C) Apenas a assertiva III está correta.
- D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

Questão 31

Uma Lei aprovada pelo Legislativo estadual determina que o Poder Executivo deve executar integralmente programa de construção de hospitais, sem indicar fonte de custeio, sem previsão orçamentária e sem considerar planejamento plurianual ou disponibilidade financeira. O Governador veta a norma sob fundamento de invasão da esfera de gestão administrativa e incompatibilidade orçamentária.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) A lei é necessariamente válida, pois todo direito social, por sua natureza de direito fundamental, permite ao Poder Legislativo impor qualquer despesa pública ao Executivo por lei ordinária.
- B) A lei é necessariamente inválida, pois o Poder Legislativo Estadual nunca pode estabelecer políticas públicas ou, ainda, definir prioridades normativas relacionadas à saúde, diante da divisão de competências instituídas na Constituição.
- C) A análise envolve separação dos Poderes, iniciativa legislativa, planejamento e orçamento; a proteção à saúde não dispensa avaliação da reserva legal, da competência, da viabilidade e dos limites constitucionais de execução da despesa.
- D) A lei é válida se obtiver maioria simples, pois normas orçamentárias não possuem relação com a concretização de direitos fundamentais sociais.

Questão 32

Uma Lei municipal exige que plataformas digitais de entrega instalem sede física no Município como condição para operar em seu território, sob argumento de que a medida facilita fiscalização tributária e proteção dos consumidores. A lei não demonstra vínculo necessário entre sede física e as finalidades declaradas, e exige estrutura incompatível com pequenos operadores digitais.

Assinale a alternativa correta.

- A) A exigência atribuída por Lei municipal é sempre válida, porque Municípios possuem liberdade absoluta para condicionar qualquer atividade econômica exercida em seu território.
- B) A exigência atribuída por Lei municipal é válida, pois toda medida que aumente arrecadação municipal é presumidamente compatível com a ordem econômica constitucional diante das competências atribuídas na Constituição.
- C) A exigência é sempre inválida, porque a Constituição proíbe Municípios de legislar ou fiscalizar atividades econômicas locais.
- D) A exigência pode violar a livre iniciativa, a proporcionalidade e a competência normativa, se impuser barreira desnecessária ou desproporcional sem relação adequada com fiscalização ou tutela do consumidor.

Questão 33

Um Município autoriza empreendimento imobiliário em área próxima a manancial que abastece cidades vizinhas. O licenciamento foi acelerado com base na geração de empregos e no aumento de arrecadação. Estudos técnicos apontam risco relevante, embora não inteiramente quantificável, de comprometimento da qualidade da água a médio prazo.

Assinale a alternativa correta.

- A) A decisão administrativa deve observar desenvolvimento sustentável, prevenção e precaução, motivação técnica, cooperação federativa e proteção intergeracional, não sendo suficiente invocar genericamente benefícios econômicos.
- B) A autorização, em relação ao licenciamento descrito, é necessariamente inválida, pois qualquer empreendimento próximo a manancial é proibido pela Constituição, independentemente de estudos e normas aplicáveis.

- C) A autorização, em relação ao licenciamento descrito, é necessariamente válida, pois desenvolvimento econômico e geração de empregos prevalecem sempre sobre preocupações ambientais futuras.
- D) A proteção ambiental é matéria exclusivamente da União, de modo que Municípios e Estados não podem licenciar, fiscalizar ou adotar medidas protetivas locais.

Questão 34

O Tribunal de Contas estadual identifica irregularidades em contrato administrativo de fundação pública estadual. Após procedimento de fiscalização, determina a anulação imediata do contrato, impõe multa aos dirigentes e ordena diretamente à fundação a devolução de valores ao erário. A fundação argumenta que apenas o Poder Judiciário pode controlar atos administrativos e produzir consequências patrimoniais.

Sendo assim, assinale a alternativa correta.

- A) A fundação pública estadual está correta, pois Tribunais de Contas do Estado desempenham função meramente consultiva, sem competência constitucional de fiscalização ou julgamento de contas.
- B) A fundação está parcialmente correta, pois o controle externo pode examinar legalidade e legitimidade de gastos, mas suas competências devem ser analisadas conforme a Constituição e a legislação, distinguindo apreciação de contas, determinações, sanções e limites de execução direta.
- C) A fundação pública estadual está incorreta, pois Tribunais de Contas integram o Poder Judiciário e possuem competência jurisdicional plena para executar qualquer decisão contra particulares ou entidades públicas.
- D) A fundação pública estadual está incorreta, porque todo ato administrativo pode ser anulado pelo Tribunal de Contas sem processo, contraditório ou ampla defesa.

Questão 35

Uma Universidade pública estadual aprova regulamento que reserva percentual de vagas em programa de pós-graduação para candidatos egressos de escolas públicas, considerando desigualdades educacionais históricas e a necessidade de ampliar diversidade acadêmica. Um grupo de candidatos questiona a medida, alegando que qualquer diferenciação de acesso viola necessariamente a igualdade formal e a exigência de seleção exclusivamente meritocrática.

Com base nos princípios constitucionais implícitos e explícitos, assinale a alternativa correta.

- A) A política adotada pela Universidade pública estadual é necessariamente inconstitucional, pois igualdade constitucional exige tratamento idêntico a todas as pessoas, não sendo jurídica relevante a existência real de eventuais desigualdades materiais.
- B) A política adotada pela Universidade pública estadual é necessariamente constitucional, pois as universidades possuem autonomia absoluta e podem afastar toda norma constitucional ou legal de seleção pública.
- C) A validade da política adotada pela Universidade pública estadual exige exame de sua finalidade constitucional, base normativa, critérios objetivos, proporcionalidade, temporalidade, transparência e compatibilidade com igualdade material, pluralismo e autonomia universitária.
- D) A política adotada pela Universidade pública estadual somente seria constitucional se eliminasse integralmente qualquer processo seletivo em relação aos demais concorrentes pelas vagas e, ainda, assegurasse ingresso automático a todos os egressos de escolas públicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Acerca da desapropriação por necessidade ou utilidade pública não é correto afirmar.

- A) Nos termos da Constituição vigente, a competência legislativa sobre a matéria desapropriação é concorrente, o que significa tratar-se de matéria afeta às atribuições tanto da União quanto dos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- B) Nos termos da Lei das Desapropriações, a expedição de decreto que justifica a intervenção do Poder

Público na propriedade é atribuição dos Chefes do Poder Executivo ou Interventores.

C) Nos termos da Constituição vigente, as desapropriações por necessidade pública, ou utilidade pública, serão indenizadas em dinheiro por não se tratar de desapropriações sancionatórias.

D) Nos termos da Lei das Desapropriações, os concessionários, inclusive os contratados sob o regime jurídico das parcerias público-privadas, poderão promover a desapropriação, desde que haja previsão expressa na lei ou contrato.

Questão 37

Nos termos da Constituição vigente é correto afirmar.

A) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

B) A Constituição estabelece os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

C) A proibição constitucional acerca da acumulação remunerada de cargos públicos não se estende aos empregos e funções e não abrange as autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

Questão 38

À luz da Lei n. 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) é correto afirmar que.

A) Não podem ser objeto de delegação as decisões sobre recursos administrativos, mas sim, a edição de atos de caráter normativo.

B) O ato de delegação alcança as decisões de recursos administrativos.

C) O ato de delegação deve especificar as matérias e os poderes transferidos, os limites de atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

D) O ato de delegação pode ser revogado, dentro do prazo fixado por lei, pela autoridade delegante.

Questão 39

Em relação às regras de impedimento e suspeição pontuadas na Lei n. 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) é correto afirmar.

I. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

II. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar, constituindo a omissão do dever de comunicar o impedimento, falta grave, para efeitos disciplinares.

III. Pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor apenas quando tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados, situação que não alcança os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

A) A afirmação I é parcialmente correta.

B) A afirmação II é parcialmente correta.

C) A afirmação III é parcialmente correta.

D) As afirmações I, II e III são parcialmente corretas.

Questão 40

Nos termos da Lei n. 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) não é correto afirmar que.

A) Não são abrangidas pela lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e de suas subsidiárias por serem regidas por lei específica.

- B)** Para os fins de aplicação da Lei, considera-se órgão a unidade administrativa integrante da estrutura da Administração Pública, dotado de personalidade jurídica.
- C)** O patrocínio e a defesa de causas judiciais e administrativas, para os efeitos da Lei, são considerados, por definição, serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual.
- D)** A concorrência é a modalidade de licitação para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser o de maior retorno econômico.

Questão 41

Avalie as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- I.** Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham alguns requisitos, tais como, o de ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.
- II.** O processo licitatório tem por objetivos, dentre outros, assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, além de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- III.** O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; de julgamento; recursal; de homologação.
- IV.** As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- A)** A afirmação I está correta e a afirmação III está errada.
- B)** A afirmação II está errada e a afirmação IV está correta.
- C)** A afirmação III está correta e a afirmação I está errada.
- D)** A afirmação IV está errada e a afirmação II está correta.

Questão 42

Considere as possibilidades legais acerca da realização de contratação direta por parte da Administração Pública. Nos termos da Lei de Licitações, “para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia”, o procedimento licitatório poderá ser declarado:

- A)** Inexigível.
- B)** Deserto.
- C)** Dispensável.
- D)** Fracassado.

Questão 43

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, Lei n. 8.429/92, com redação dada pela Lei n. 14.230/21, é correto afirmar.

- A)** Ao sistema de improbidade disciplinado em lei, não se aplicam os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- B)** Nos termos da Lei, considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei, não bastando a voluntariedade do agente.

- C) Configura-se improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- D) As disposições da Lei são aplicáveis apenas ao agente público, não se estendendo a quem, não sendo agente do Estado, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Questão 44

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, considerada a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos, relativa ao ato de improbidade administrativa:

- A) Que caracterize violação grave aos princípios da Administração Pública.
- B) Que caracterize prejuízo ao erário.
- C) Que caracterize enriquecimento ilícito.
- D) Que caracterize grave violação ao princípio da supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Questão 45

São elementos essenciais dos atos administrativos.

- A) Competência, finalidade, forma, presunção de legitimidade e presunção de veracidade.
- B) Competência, finalidade, forma, tipicidade e autoexecutoriedade.
- C) Competência, finalidade, forma, imperatividade e autoexecutoriedade.
- D) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Questão 46

Identificou-se, em um processo administrativo, a prática de determinado ato por agente público sem atribuição legal para fazê-lo por tratar-se de competência exclusiva de autoridade. Considerando, ainda, que não houve prejuízo ao interesse público, nem a terceiros, a providência correta a se tomar é.

- A) anular obrigatoriamente o ato administrativo, pois o vício de competência é insanável.
- B) revogar o ato, por razões de conveniência, uma vez que o vício de competência diz respeito ao mérito administrativo.
- C) validar o ato, pois além de já consolidado no processo administrativo, verificou-se que não houve prejuízo ao interesse público.
- D) manter o ato, pois a presunção de legitimidade dos atos administrativos substitui a competência legal.

Questão 47

Quando em razão do fim da vigência de um contrato administrativo de concessão por decisão da Administração Pública fundada em razões de interesse público, se estabelece a reversão automática dos bens e serviços aos Poderes Públicos cujo dever será o da garantia da continuidade da prestação do serviço público, o contrato administrativo é extinto.

- A) Pela caducidade administrativa.
- B) Pelo advento do termo contratual.
- C) Pela encampação administrativa.
- D) Pela anulação contratual.

Questão 48

De acordo com o artigo 37, parágrafo sexto da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de:

- A) Dolo.
- B) Força maior.
- C) Caso fortuito.
- D) Dolo ou culpa.

Questão 49

Em relação à disciplina jurídica do Direito Licitatório e Contratual Administrativo, regido pela Lei n. 14.133/21, é correto afirmar:

- A) Os contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- B) O credenciamento e o sistema de registro de preços não são considerados instrumentos auxiliares das licitações e contratos administrativos regidos pela Lei.
- C) Em razão do princípio da força obrigatória dos contratos, o regime jurídico instituído pela Lei n. 14.133/21 não confere à Administração a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- D) Em relação à execução dos contratos administrativos, a lei prescreve aplicação ao responsável pelas infrações administrativas, apenas a sanção administrativa do impedimento de licitar e contratar com a própria Administração Pública contratante.

Questão 50

Em relação aos bens públicos, é correto afirmar.

- I. O uso privativo de um bem público decorre de uma situação em que o Poder Público autoriza ao particular a utilização privada de um bem que integra o patrimônio público, de forma exclusiva ou preferencial, e por tempo determinado, observadas as condições preestabelecidas pela Administração Pública.
 - II. Que um hospital, ainda que público, não é classificado um bem público de uso comum do povo.
 - III. Que os bens públicos são insuscetíveis de usucapião, conforme determinação constitucional e infraconstitucional civil.
 - IV. A desafetação administrativa de um bem público, que só pode ocorrer por meio de lei, consiste no processo pelo qual um bem público deixa de ser destinado a uma finalidade pública específica, podendo, com isso, vir a ser alienado ou utilizado para outros fins.
- A) As afirmações I e IV estão corretas.
 - B) As afirmações II e IV estão incorretas.
 - C) As afirmações I e IV estão incorretas.
 - D) As afirmações III e IV estão incorretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 51**

A respeito da obrigação tributária, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) A obrigação tributária principal decorre exclusivamente da prática de ato ilícito e tem por objeto o pagamento de penalidade pecuniária.
- B) A obrigação tributária acessória somente pode ser instituída mediante lei complementar e sempre possui conteúdo patrimonial.
- C) A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

D) A inobservância de obrigação acessória não produz consequências de natureza tributária, salvo quando houver prévia constituição do crédito mediante lançamento.

Questão 52

Quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- A)** O princípio da anterioridade tributária impede, sem qualquer exceção constitucional, que tributo instituído ou majorado seja cobrado no mesmo exercício financeiro em que publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
- B)** O princípio da legalidade tributária determina que somente lei complementar pode instituir ou majorar qualquer espécie tributária.
- C)** A vedação ao confisco constitui limitação constitucional ao poder de tributar e impede que a tributação seja utilizada com efeito confiscatório.
- D)** O princípio da capacidade contributiva aplica-se, por expressa determinação constitucional, exclusivamente às taxas.

Questão 53

Em determinada situação, um contribuinte pretende impedir temporariamente que a Fazenda Pública prossiga na cobrança de crédito tributário já constituído. Considerando as hipóteses previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que contém apenas causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- A)** Moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos administrativos, concessão de medida liminar ou tutela antecipada e parcelamento.
- B)** Pagamento, compensação, transação, remissão, prescrição e decadência.
- C)** Isenção, anistia, remissão e conversão de depósito em renda.
- D)** Parcelamento, consignação em pagamento, prescrição, decadência e decisão administrativa irreformável.

Questão 54

Ao elaborar proposta legislativa destinada a instituir tributos de competência municipal, a assessoria jurídica deverá observar a repartição constitucional de competências tributárias. Assinale a alternativa que contém exclusivamente impostos cuja instituição compete aos Municípios.

- A)** IPTU, ITBI e ISS.
- B)** IPTU, IPVA e ISS.
- C)** ITBI, ICMS e IPTU.
- D)** ISS, ITR e ITBI.

Questão 55

Em matéria de responsabilidade por infrações tributárias, o Código Tributário Nacional disciplina a denominada denúncia espontânea. Sobre o instituto, assinale a alternativa correta.

- A)** A denúncia espontânea exclui a responsabilidade por infrações mesmo quando apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada à infração.
- B)** A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, quando for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, desde que realizada antes do início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.
- C)** A denúncia espontânea extingue automaticamente o crédito tributário, independentemente do pagamento do tributo devido.
- D)** A denúncia espontânea somente é admitida para obrigações tributárias acessórias e não produz efeitos quanto ao inadimplemento da obrigação principal.

Questão 56

A Constituição Federal organiza a Seguridade Social como sistema integrado de proteção social. À luz da Constituição e da Lei nº 8.212/1991, assinale a alternativa que identifica corretamente os três campos abrangidos por esse sistema.

- A) Saúde, previdência social e assistência social.
- B) Previdência social, educação e assistência social.
- C) Saúde, previdência complementar e habitação.
- D) Saúde, seguro-desemprego e previdência social, com exclusão da assistência social.

Questão 57

Um trabalhador questiona se sua participação no Regime Geral de Previdência Social depende exclusivamente de manifestação voluntária e se a concessão dos benefícios prescinde de contribuições. Considerando o regime constitucional da Previdência Social, assinale a alternativa correta.

- A) O RGPS possui natureza assistencial e, por isso, independe de contribuições de seus beneficiários.
- B) O RGPS possui caráter contributivo e filiação obrigatória, devendo observar critérios destinados à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.
- C) A filiação ao RGPS é facultativa para qualquer pessoa que exerça atividade remunerada.
- D) O RGPS integra a assistência social e destina-se apenas às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

Questão 58

A respeito dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, assinale a alternativa correta.

- A) Os beneficiários classificam-se exclusivamente em segurados obrigatórios e segurados facultativos, não integrando os dependentes a relação jurídica previdenciária.
- B) A qualidade de dependente pressupõe necessariamente o recolhimento de contribuições previdenciárias próprias ao RGPS.
- C) Os beneficiários do RGPS compreendem segurados e dependentes, nos termos da legislação previdenciária.
- D) Somente o empregado e o contribuinte individual podem possuir a qualidade de segurado do RGPS.

Questão 59

No que concerne à manutenção da qualidade de segurado, assinale a alternativa correta.

- A) A interrupção do recolhimento das contribuições previdenciárias acarreta, em qualquer hipótese, perda imediata da qualidade de segurado.
- B) A legislação previdenciária prevê hipóteses em que a qualidade de segurado é mantida independentemente de contribuições, durante determinado período.
- C) A qualidade de segurado somente pode ser mantida sem contribuições mediante autorização administrativa expressa do INSS.
- D) O denominado período de graça é aplicável exclusivamente ao segurado facultativo.

Questão 60

No exame da estrutura constitucional de financiamento da Seguridade Social, um servidor afirma que seu custeio é atribuído exclusivamente às contribuições recolhidas de trabalhadores e empregadores. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O financiamento da Seguridade Social decorre exclusivamente das contribuições dos trabalhadores e

dos empregadores.

- B)** O custeio compete exclusivamente à União, sem participação dos demais entes federativos ou de outras fontes previstas constitucionalmente.
- C)** O financiamento da Seguridade Social envolve toda a sociedade, de forma direta e indireta, segundo as fontes e mecanismos previstos na Constituição e na legislação pertinente.
- D)** As contribuições sociais voltadas ao custeio da Seguridade Social possuem natureza facultativa para os segurados obrigatórios do RGPS.

DIREITO CIVIL

Questão 61

Analise as proposições abaixo, acerca da vigência e revogação das leis.

- I.** Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para o início de sua vigência começará a correr da nova publicação.
- II.** As correções a texto de lei já em vigor consideram-se mera retificação, não caracterizando lei nova.
- III.** Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- IV.** A lei posterior revoga a anterior apenas quando expressamente o declare ou quando seja com ela incompatível, não ocorrendo revogação quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto o que se afirma APENAS em:

- A)** II e IV.
- B)** I e II.
- C)** I e III.
- D)** III e IV.

Questão 62

Analise as proposições abaixo, acerca da morte presumida e da comoriência.

- I.** Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- II.** Se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra, poderá ser declarada sua morte presumida, sem decretação de ausência.
- III.** A declaração da morte presumida, nos casos previstos em lei, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.
- IV.** Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião e não for possível averiguar qual deles morreu primeiro, presumir-se-á que o mais velho precedeu aos demais.

De acordo com o Código Civil, é correto o que se afirma APENAS em:

- A)** I e III.
- B)** II e III.
- C)** I e IV.
- D)** II e IV.

Questão 63

Beatriz, maior e plenamente capaz, manifestou gratuitamente sua vontade de que, após sua morte, seu corpo fosse destinado a uma instituição de ensino para fins científicos. Tempos depois, ainda em vida, decidiu revogar essa manifestação. Posteriormente, em razão de grave enfermidade, foi informada da necessidade de se submeter a uma intervenção cirúrgica que apresentava risco à sua vida, recusando-se a realizar o procedimento.

De acordo com o Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A)** A disposição do próprio corpo para depois da morte é válida apenas quando abranger parte dele, sendo vedada a disposição de sua totalidade.
- B)** A disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo

científico ou altruístico, é válida e pode ser livremente revogada a qualquer tempo; além disso, ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a intervenção cirúrgica.

C) A disposição gratuita do próprio corpo para depois da morte é válida para objetivo científico ou altruístico, mas, uma vez manifestada, torna-se irrevogável.

D) A recusa à intervenção cirúrgica somente produzirá efeitos quando o procedimento não apresentar risco de vida, podendo a pessoa ser constrangida a realizá-lo quando houver risco à própria vida.

Questão 64

Nos termos do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno as seguintes, EXCETO:

- A)** Os empreendimentos de economia solidária.
- B)** As autarquias, inclusive as associações públicas.
- C)** Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- D)** Os Municípios.

Questão 65

Marina é proprietária de uma loja de aparelhos eletrônicos e mantém diversos telefones celulares novos em estoque, destinados à venda. Em sua residência, guarda ainda determinada quantidade de garrafas de água mineral, todas da mesma espécie, qualidade e quantidade, destinadas ao consumo familiar.

Considerando a classificação dos bens prevista no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A)** Os telefones celulares mantidos em estoque não podem ser considerados bens consumíveis, pois sua utilização normal não provoca a destruição imediata de sua substância.
- B)** A fungibilidade de um bem móvel decorre de seu desaparecimento ou destruição pelo primeiro uso, razão pela qual todo bem consumível é necessariamente fungível.
- C)** Os bens destinados à alienação somente serão considerados consumíveis após a efetiva transferência de sua propriedade a terceiro.
- D)** Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são fungíveis, enquanto os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância são consumíveis, sendo também considerados consumíveis aqueles destinados à alienação.

Questão 66

Ricardo necessita, com urgência, obter determinado medicamento para salvar a vida de sua filha, que se encontra em grave estado de saúde. Carlos, conhecendo a situação e sabendo que Ricardo não consegue encontrar o medicamento em outro estabelecimento naquele momento, concorda em fornecê-lo somente se Ricardo assumir obrigação de pagar valor excessivamente oneroso. Ricardo aceita a condição diante da necessidade de salvar a filha.

Considerando as disposições do Código Civil acerca dos defeitos do negócio jurídico, a situação narrada configura.

- A)** lesão, pois Ricardo, sob premente necessidade, obrigou-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, sendo irrelevante o conhecimento dessa situação pela outra parte.
- B)** lesão, pois todo negócio jurídico celebrado em razão de necessidade urgente e que envolva desproporção entre as prestações caracteriza necessariamente esse defeito.
- C)** estado de perigo apenas se o grave dano ameaçar diretamente o próprio declarante, não se aplicando o instituto quando a pessoa ameaçada for integrante de sua família.
- D)** estado de perigo, pois Ricardo, premido pela necessidade de salvar pessoa de sua família de grave dano conhecido pela outra parte, assumiu obrigação excessivamente onerosa.

Questão 67

Em determinada sociedade anônima, foram identificadas possíveis violações à lei ou ao estatuto praticadas por diferentes pessoas vinculadas à companhia. Paralelamente, surgiram pretensões relativas a outras relações jurídicas. Considerando exclusivamente os prazos prescricionais e respectivos termos iniciais

previstos no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Prescreve em dois anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data em que o dano tenha ocorrido, assim como a pretensão para haver prestações alimentares vencidas.
- B) Prescrevem em três anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa e a pretensão de reparação civil; tratando-se, porém, de pretensão contra liquidantes por violação da lei ou do estatuto, o prazo é contado da primeira assembleia semestral posterior à violação.
- C) A pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos prescreve em três anos, enquanto a relativa a aluguéis de prédios rústicos se submete ao prazo prescricional geral, por não estar expressamente contemplada no prazo trienal.
- D) Prescreve em três anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, iniciando-se o prazo na data do efetivo recebimento dos respectivos valores.

Questão 68

Em determinada controvérsia, cogita-se a produção de prova testemunhal. Entre as pessoas que possuem conhecimento dos fatos estão Pedro, com quinze anos de idade; Laura, pessoa com deficiência; Antônio, tio de uma das partes; e Sofia, amiga íntima da outra parte. Determinado fato relevante, contudo, é conhecido exclusivamente por Antônio e Sofia.

Considerando exclusivamente as disposições do Código Civil acerca da prova dos fatos jurídicos, assinale a afirmativa correta.

- A) A pessoa com deficiência não poderá ser admitida como testemunha quando necessitar de tecnologia assistiva para prestar seu depoimento.
- B) A vedação à admissão de menores como testemunhas alcança apenas aqueles que ainda não completaram quatorze anos.
- C) O parentesco colateral impede a admissão como testemunha somente até o segundo grau, e a condição de amigo íntimo constitui impedimento absoluto, ainda que se trate de fato conhecido exclusivamente por essa pessoa.
- D) Os menores de dezesseis anos estão entre aqueles que não podem ser admitidos como testemunhas; a pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais, assegurados os recursos de tecnologia assistiva; e, para a prova de fatos que somente elas conheçam, o juiz poderá admitir o depoimento das pessoas abrangidas pelas restrições previstas no art. 228.

Questão 69

Acerca das obrigações de dar coisa certa, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Se a coisa certa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, responderá o devedor pelo equivalente, mas ficará dispensado das perdas e danos.
- B) Deteriorada a coisa, sem culpa do devedor, poderá o credor resolver a obrigação ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- C) Se a deterioração da coisa decorrer de culpa do devedor, o credor deverá exigir o equivalente, não lhe sendo permitido aceitar a coisa no estado em que se encontra.
- D) Até a tradição, os frutos percebidos pertencem ao credor, cabendo ao devedor os frutos pendentes.

Questão 70

Acerca das obrigações solidárias, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A solidariedade presume-se quando, na mesma obrigação, concorrer pluralidade de credores ou de devedores.
- B) A solidariedade resulta exclusivamente da lei, não podendo decorrer da vontade das partes.
- C) A obrigação solidária deve apresentar as mesmas condições, prazos e lugares de pagamento para todos os cocredores ou codevedores.
- D) A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para outro.

Questão 71

Acerca da assunção de dívida, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor independentemente do consentimento do credor, desde que o devedor primitivo concorde expressamente com a substituição.
- B) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando, em regra, exonerado o devedor primitivo.
- C) Assinado prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, seu silêncio será interpretado como consentimento tácito.
- D) O adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido, considerando-se recusada a transferência do débito se o credor permanecer em silêncio pelo prazo de trinta dias.

Questão 72

Considerando as disposições expressas do Código Civil acerca dos contratos, assinale a alternativa correta.

- A) Nos contratos de adesão, as cláusulas ambíguas ou contraditórias devem ser interpretadas de maneira mais favorável à parte que as elaborou.
- B) É vedado às partes estipular contratos atípicos, salvo quando expressamente autorizados por lei.
- C) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- D) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

Questão 73

Considerando as disposições expressas do Código Civil acerca da posse, assinale a alternativa correta.

- A) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor sem os caracteres que possuía anteriormente.
- B) O sucessor singular continua de direito a posse do antecessor, sendo-lhe vedado optar pela união das posses.
- C) Os atos de mera permissão ou tolerância não induzem posse.
- D) A posse do imóvel não faz presumir a posse das coisas móveis que nele estiverem.

Questão 74

João ocupa, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, há mais de vinte anos, com ânimo de dono, parte de imóvel pertencente a Antônio. A área ocupada está situada em Área de Preservação Permanente (APP), próxima a um curso d'água. João pretende obter o reconhecimento da usucapião extraordinária.

Considerando o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- A) A usucapião poderá ser reconhecida, pois a Área de Preservação Permanente constitui propriedade privada e, portanto, a limitação ambiental não interfere na aquisição do domínio pela prescrição aquisitiva.
- B) A usucapião poderá ser reconhecida desde que João demonstre posse mansa, pacífica e ininterrupta por mais de vinte anos, pois o decurso do prazo prevalece sobre as limitações ambientais incidentes sobre o imóvel.
- C) A usucapião não poderá ser reconhecida, pois a ocupação irregular de imóvel situado em Área de Preservação Permanente é antijurídica e não produz posse apta a ensejar a aquisição da propriedade por usucapião.
- D) A usucapião não poderá ser reconhecida porque toda Área de Preservação Permanente possui natureza jurídica de bem público, sendo, por essa razão, insuscetível de prescrição aquisitiva.

Questão 75

De acordo com o Código Civil, acerca da usucapião especial urbana, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo necessário para aquisição do domínio é de dez anos de posse ininterrupta e sem oposição.
- B) A área urbana objeto da usucapião poderá possuir até quinhentos metros quadrados, desde que destinada à moradia.
- C) O possuidor não poderá ser proprietário de outro imóvel urbano, sendo permitida, contudo, a propriedade de imóvel rural.
- D) O título de domínio poderá ser conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 76

Acerca das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- A) O dever de comportar-se de acordo com a boa-fé é imposto exclusivamente às partes e aos seus procuradores.
- B) A cooperação processual constitui dever exclusivo das partes, não alcançando os demais sujeitos do processo.
- C) É assegurada às partes paridade de tratamento, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- D) O direito à solução integral do mérito em prazo razoável não compreende a atividade satisfativa.

Questão 77

Acerca do interesse e da legitimidade para postular em juízo, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Para postular em juízo, é necessário ter interesse e legitimidade.
- B) É permitido pleitear direito alheio em nome próprio independentemente de autorização do ordenamento jurídico.
- C) A ação meramente declaratória somente é admissível enquanto não tiver ocorrido a violação do direito.
- D) O interesse do autor não pode limitar-se à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.

Questão 78

Acerca dos limites da jurisdição nacional, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade judiciária brasileira somente poderá processar e julgar ação contra réu estrangeiro se ele possuir nacionalidade brasileira.
- B) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar ação decorrente de relação de consumo quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil.
- C) A pessoa jurídica estrangeira que possua agência, filial ou sucursal no Brasil não é considerada domiciliada no país para fins de determinação da jurisdição nacional.
- D) A submissão das partes à jurisdição nacional somente produzirá efeitos quando realizada expressamente.

Questão 79

A propósito do conflito de competência, julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. Há conflito de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes para processar e julgar determinada causa.
- II. Não se caracteriza conflito de competência quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes, ainda que atribuam um ao outro a competência.
- III. A controvérsia entre dois ou mais juízes acerca da reunião ou separação de processos pode caracterizar conflito de competência.

IV. O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, salvo se atribuir a competência a outro juízo.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 80

A propósito da curatela especial, julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. O juiz nomeará curador especial ao incapaz que não tiver representante legal ou quando os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade.
- II. A condição de réu preso, por si só, impõe a nomeação de curador especial, ainda que ele não seja revel.
- III. O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.
- IV. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 81

A propósito das sanções aplicáveis ao litigante de má-fé, julgue as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I. O juiz poderá condenar o litigante de má-fé de ofício ou a requerimento.
- II. A multa por litigância de má-fé deverá ser fixada entre um e dez por cento, inclusive, do valor corrigido da causa.
- III. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até dez vezes o valor do salário-mínimo.
- IV. Não sendo possível mensurar o valor da indenização, esta poderá ser liquidada por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 82

Acerca da gratuidade da justiça, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A concessão da gratuidade da justiça afasta a responsabilidade do beneficiário pelo pagamento dos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- B) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes da sucumbência são automaticamente extintas com o trânsito em julgado da decisão.
- C) A concessão da gratuidade da justiça afasta o dever de pagamento das multas processuais impostas ao beneficiário.
- D) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, podendo também consistir na redução percentual das despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Questão 83

Acerca do litisconsórcio, julgue os itens a seguir:

- I. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- II. O litisconsórcio será unitário quando o juiz puder decidir o mérito de maneira diversa para cada um dos litisconsortes.
- III. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, devendo todos ser intimados dos respectivos atos.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 84

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da competência para julgamento de demandas envolvendo imóveis adquiridos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), julgue os itens a seguir:

- I. Compete à Justiça Estadual julgar ação de reintegração de posse ajuizada pelo Banco do Brasil relativa a imóvel adquirido com recursos do FAR no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.
- II. O simples fato de o imóvel ter sido adquirido com recursos do FAR implica, por si só, interesse jurídico da União ou da Caixa Econômica Federal, atraindo a competência da Justiça Federal.
- III. Embora a Caixa Econômica Federal seja gestora do FAR, outras instituições financeiras oficiais federais podem operacionalizar o programa habitacional e, nessa condição, defender judicialmente os direitos do Fundo.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 85

Nos termos da Lei Estadual nº 11.608/2003 do Estado de São Paulo, acerca da não incidência da taxa judiciária, julgue os itens a seguir:

- I. Não incidirá taxa judiciária nas causas da jurisdição de menores.
- II. Incidirá taxa judiciária nas causas de acidentes do trabalho.
- III. Não incidirá taxa judiciária nas ações de alimentos em que o valor da prestação mensal não seja superior a dois salários-mínimos.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 86

Nos termos do Código de Processo Civil, acerca dos negócios processuais e do calendário para a prática dos atos processuais, julgue os itens a seguir:

- I. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa, antes ou durante o processo.
- II. O juiz controlará a validade das convenções processuais exclusivamente a requerimento das partes, sendo-lhe vedado fazê-lo de ofício.
- III. O calendário fixado de comum acordo vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 87

Nos termos do Código de Processo Civil, acerca da citação por meio eletrônico, julgue os itens a seguir:

- I. A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até dois dias úteis, contado da decisão que a determinar.
- II. A ausência de confirmação do recebimento da citação eletrônica, em até cinco dias úteis, implicará a realização da citação pelas demais formas previstas em lei.
- III. Deixar de confirmar, no prazo legal e sem justa causa, o recebimento da citação por meio eletrônico é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até cinco por cento do valor da causa.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 88

Nos termos do Código de Processo Civil, acerca da ação monitória, julgue os itens a seguir:

- I. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir de devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro.
- II. A prova escrita pode consistir em prova oral documentada, produzida antecipadamente nos termos do Código de Processo Civil.
- III. Não é admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 89

Nos termos da Lei nº 10.259/2001, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, julgue os itens a seguir:

- I. No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.
- II. O juiz somente poderá deferir medidas cautelares no curso do processo mediante requerimento das partes.

III. O juiz poderá deferir medidas cautelares no curso do processo para evitar dano de difícil reparação.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 90

Assinale a alternativa incorreta. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

- A) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, inclusive podendo decidir liminarmente.
- B) as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- C) se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- D) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 91

Uma instituição de ensino superior está revisando seu contrato de prestação de serviços educacionais. O setor administrativo propõe inserir cláusula segundo a qual o aluno que solicitar o cancelamento da matrícula após o início das aulas perderá integralmente todos os valores pagos, independentemente da data do cancelamento e dos serviços efetivamente prestados pela instituição.

Na condição de Consultor Jurídico, considerando o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A cláusula é válida porque o contrato foi livremente assinado pelo aluno.
- B) A cláusula é válida desde que esteja destacada graficamente e seja rubricada pelo aluno.
- C) A cláusula poderá ser considerada abusiva se estabelecer vantagem exagerada para a instituição e colocar o consumidor em desvantagem excessiva, em desconformidade com a boa-fé e o equilíbrio contratual.
- D) A cláusula somente poderá ser considerada abusiva se houver prova de dolo da instituição.

Questão 92

Uma instituição de ensino divulga, em seu site e redes sociais, curso de pós-graduação com a seguinte publicidade: “Mensalidade de R\$ 399,00 durante todo o curso”. Após a matrícula de diversos alunos, a instituição informa que o valor promocional seria válido somente durante os dois primeiros semestres, aplicando-se posteriormente o valor integral previsto em tabela interna.

Considerando o CDC, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A publicidade não vincula a instituição porque possui finalidade exclusivamente comercial.
- B) A instituição pode alterar unilateralmente a condição anunciada, pois o contrato de prestação de serviços educacionais prevalece sempre sobre a publicidade.
- C) A informação publicitária suficientemente precisa vincula o fornecedor e integra o contrato celebrado, podendo o consumidor exigir as consequências previstas no CDC diante do descumprimento da oferta.
- D) A publicidade somente vincula a instituição se o consumidor apresentar cópia impressa do anúncio no momento da matrícula.

Questão 93

Uma instituição de ensino possui elevado índice de inadimplência. O setor financeiro propõe encaminhar

mensagens aos familiares dos alunos inadimplentes, informando a existência da dívida e solicitando que pressionem o estudante para efetuar o pagamento. Também pretende divulgar internamente uma lista contendo os nomes dos alunos inadimplentes.

Como Consultor Jurídico, o profissional deverá orientar que:

- A) A medida é legítima porque a instituição pode utilizar qualquer meio necessário para receber dívida regularmente constituída.
- B) A instituição pode divulgar a inadimplência aos familiares sempre que houver atraso superior a 30 dias.
- C) A cobrança deve respeitar os limites estabelecidos pelo CDC, sendo vedada a exposição do consumidor ao ridículo ou a sua submissão a constrangimento ou ameaça.
- D) A existência de dívida vencida autoriza automaticamente a divulgação do nome do aluno aos demais integrantes da comunidade acadêmica.

Questão 94

Determinado aluno encontra-se inadimplente durante o semestre letivo. A instituição pretende impedir seu acesso às aulas, às avaliações e ao ambiente virtual de aprendizagem até que todas as mensalidades sejam quitadas.

Considerando o regime jurídico aplicável às instituições de ensino, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A instituição pode interromper imediatamente a prestação dos serviços educacionais diante de qualquer inadimplemento.
- B) A instituição pode impedir a realização de avaliações enquanto houver qualquer mensalidade vencida.
- C) A instituição deve observar os limites estabelecidos pela Lei nº 9.870/1999 e pelo CDC, não podendo utilizar determinadas sanções pedagógicas como mecanismo de cobrança durante o período letivo.
- D) A instituição não pode cobrar judicial ou extrajudicialmente mensalidades vencidas.

Questão 95

Uma instituição de ensino oferece curso de especialização anunciando determinada carga horária prática e a disponibilização de laboratório especializado. Após o início do curso, os alunos constatam que o laboratório não está disponível e que a carga horária prática é significativamente inferior àquela anunciada.

Os alunos procuram o Consultor Jurídico da instituição. À luz do CDC, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A instituição não possui responsabilidade, pois a publicidade possui natureza meramente informativa.
- B) A instituição pode ser responsabilizada pelo descumprimento das características e condições do serviço que foram ofertadas aos consumidores.
- C) Os alunos somente poderão reclamar se comprovarem que houve intenção da instituição de prestar serviço inferior ao anunciado.
- D) A publicidade não integra a relação contratual quando o contrato escrito não reproduz integralmente o conteúdo do anúncio.

Questão 96

Um aluno ajuíza ação contra uma instituição de ensino alegando falha na prestação do serviço. Os documentos necessários para esclarecer determinados aspectos técnicos do funcionamento do sistema acadêmico estão exclusivamente sob controle da instituição. O aluno demonstra dificuldade técnica para produzir a prova e apresenta elementos que conferem plausibilidade à sua alegação.

Nesse cenário, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A inversão do ônus da prova ocorre automaticamente em toda ação proposta por aluno contra instituição de ensino.
- B) A inversão do ônus da prova pode ser determinada judicialmente quando presentes os requisitos do art. 6º, VIII, do CDC, como a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor.
- C) A inversão somente pode ocorrer se a instituição concordar expressamente.

- D) Somente a hipossuficiência econômica permite a inversão do ônus da prova.

Questão 97

Uma instituição de ensino pretende encaminhar o nome de determinado aluno inadimplente a cadastro de proteção ao crédito. O setor financeiro entende que, por existir contrato assinado e dívida vencida, a instituição poderá solicitar imediatamente a inscrição, sem necessidade de qualquer comunicação prévia.

À luz do CDC e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A comunicação prévia é dispensável quando o contrato estiver assinado pelo consumidor.
- B) A comunicação prévia é responsabilidade exclusiva da instituição de ensino que solicita a inscrição.
- C) O órgão mantenedor do cadastro deve providenciar a comunicação prévia do consumidor antes da inscrição, conforme a disciplina do CDC e a Súmula 359 do STJ.
- D) A ausência de comunicação prévia torna automaticamente inexistente a dívida do aluno.

Questão 98

Uma instituição de ensino é condenada definitivamente a indenizar consumidores por falha na prestação de determinado serviço. Durante o cumprimento da sentença, verifica-se que a pessoa jurídica não possui patrimônio suficiente para satisfazer a obrigação. O consumidor requer a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar o patrimônio dos responsáveis.

Considerando o regime específico do CDC, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A desconsideração é impossível em relações de consumo.
- B) A desconsideração exige necessariamente a comprovação de fraude ou confusão patrimonial.
- C) O CDC admite a desconsideração da personalidade jurídica quando a personalidade da pessoa jurídica constituir obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores, nos termos do art. 28.
- D) A desconsideração somente pode ocorrer após a decretação da falência da pessoa jurídica.

Questão 99

Uma instituição de ensino utiliza determinado procedimento administrativo que resulta na cobrança de uma mesma tarifa considerada potencialmente abusiva de milhares de alunos. Após reclamações individuais, uma entidade legitimada pretende ajuizar ação coletiva para discutir a legalidade da cobrança e buscar a reparação dos consumidores afetados.

Na condição de Consultor Jurídico, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A tutela coletiva é impossível porque cada aluno possui contrato individual com a instituição.
- B) A existência de contratos individuais impede o reconhecimento de interesses individuais homogêneos.
- C) A origem comum das pretensões pode justificar a tutela coletiva dos interesses individuais homogêneos, sem prejuízo da posterior individualização dos danos quando necessária.
- D) Somente o Ministério Público pode propor ações coletivas relacionadas a relações de consumo.

Questão 100

Uma instituição de ensino pretende lançar uma nova campanha nacional para captação de alunos. O setor de marketing preparou peças publicitárias contendo informações sobre mensalidades, bolsas, duração dos cursos, empregabilidade dos egressos e condições especiais para matrícula. Algumas dessas informações ainda não foram conferidas pelo setor acadêmico e financeiro.

O diretor de marketing solicita autorização imediata para divulgação da campanha.

Na condição de Consultor Jurídico da instituição, assinale a alternativa que apresenta a conduta juridicamente mais adequada.

- A) Autorizar a divulgação, pois eventuais inconsistências poderão ser corrigidas posteriormente mediante comunicado aos alunos.
- B) Autorizar a campanha, desde que o contrato de matrícula contenha cláusula estabelecendo que

nenhuma publicidade possui caráter vinculante.

C) Recomendar a revisão prévia das informações divulgadas, verificando sua correspondência com as efetivas condições dos serviços, preços e benefícios oferecidos, de modo a prevenir publicidade enganosa ou incompatível com as regras de oferta e proteção do consumidor.

D) Recomendar que a instituição deixe de divulgar preços e condições objetivas, pois qualquer informação publicitária gera responsabilidade perante os consumidores.

GABARITO OFICIAL - EDITAL 010/2026 CONCURSO PÚBLICO – Consultor Jurídico
Marque com um X as alternativas corretas, será válida somente uma alternativa por questão:

1)	A)	B)	C)	D)
2)	A)	B)	C)	D)
3)	A)	B)	C)	D)
4)	A)	B)	C)	D)
5)	A)	B)	C)	D)
6)	A)	B)	C)	D)
7)	A)	B)	C)	D)
8)	A)	B)	C)	D)
9)	A)	B)	C)	D)
10)	A)	B)	C)	D)
11)	A)	B)	C)	D)
12)	A)	B)	C)	D)
13)	A)	B)	C)	D)
14)	A)	B)	C)	D)
15)	A)	B)	C)	D)
16)	A)	B)	C)	D)
17)	A)	B)	C)	D)
18)	A)	B)	C)	D)
19)	A)	B)	C)	D)
20)	A)	B)	C)	D)
21)	A)	B)	C)	D)
22)	A)	B)	C)	D)
23)	A)	B)	C)	D)
24)	A)	B)	C)	D)
25)	A)	B)	C)	D)
26)	A)	B)	C)	D)
27)	A)	B)	C)	D)
28)	A)	B)	C)	D)
29)	A)	B)	C)	D)
30)	A)	B)	C)	D)
31)	A)	B)	C)	D)
32)	A)	B)	C)	D)
33)	A)	B)	C)	D)
34)	A)	B)	C)	D)
35)	A)	B)	C)	D)

GABARITO OFICIAL - EDITAL 010/2026 CONCURSO PÚBLICO – Consultor Jurídico
Marque com um X as alternativas corretas, será válida somente uma alternativa por questão:

36)	A)	B)	C)	D)
37)	A)	B)	C)	D)
38)	A)	B)	C)	D)
39)	A)	B)	C)	D)
40)	A)	B)	C)	D)
41)	A)	B)	C)	D)
42)	A)	B)	C)	D)
43)	A)	B)	C)	D)
44)	A)	B)	C)	D)
45)	A)	B)	C)	D)
46)	A)	B)	C)	D)
47)	A)	B)	C)	D)
48)	A)	B)	C)	D)
49)	A)	B)	C)	D)
50)	A)	B)	C)	D)
51)	A)	B)	C)	D)
52)	A)	B)	C)	D)
53)	A)	B)	C)	D)
54)	A)	B)	C)	D)
55)	A)	B)	C)	D)
56)	A)	B)	C)	D)
57)	A)	B)	C)	D)
58)	A)	B)	C)	D)
59)	A)	B)	C)	D)
60)	A)	B)	C)	D)
61)	A)	B)	C)	D)
62)	A)	B)	C)	D)
63)	A)	B)	C)	D)
64)	A)	B)	C)	D)
65)	A)	B)	C)	D)
66)	A)	B)	C)	D)
67)	A)	B)	C)	D)
68)	A)	B)	C)	D)
69)	A)	B)	C)	D)
70)	A)	B)	C)	D)

GABARITO OFICIAL - EDITAL 010/2026 CONCURSO PÚBLICO – Consultor Jurídico
Marque com um X as alternativas corretas, será válida somente uma alternativa por questão:

71)	A)	B)	C)	D)
72)	A)	B)	C)	D)
73)	A)	B)	C)	D)
74)	A)	B)	C)	D)
75)	A)	B)	C)	D)
76)	A)	B)	C)	D)
77)	A)	B)	C)	D)
78)	A)	B)	C)	D)
79)	A)	B)	C)	D)
80)	A)	B)	C)	D)
81)	A)	B)	C)	D)
82)	A)	B)	C)	D)
83)	A)	B)	C)	D)
84)	A)	B)	C)	D)
85)	A)	B)	C)	D)
86)	A)	B)	C)	D)
87)	A)	B)	C)	D)
88)	A)	B)	C)	D)
89)	A)	B)	C)	D)
90)	A)	B)	C)	D)
91)	A)	B)	C)	D)
92)	A)	B)	C)	D)
93)	A)	B)	C)	D)
94)	A)	B)	C)	D)
95)	A)	B)	C)	D)
96)	A)	B)	C)	D)
97)	A)	B)	C)	D)
98)	A)	B)	C)	D)
99)	A)	B)	C)	D)
100)	A)	B)	C)	D)

Nome:	CPF:
Assinatura:	